



FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA E ABORDAGEM DA TEMÁTICA ÉTNICO-RACIAL

Karine Antônia da Silva¹

Centro Universitário Internacional Uninter, Paraná, PR, Brasil

Adriana Inês de Paula²

*Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-graduação
em Educação, Paraná, PR, Brasil Brasil*

RESUMO

A presente pesquisa objetivou analisar a abordagem da temática sobre as relações étnico-raciais e seus impactos entre estudantes concluintes do curso de licenciatura em Educação Física. Para tanto, trinta e quatro participantes responderam questionário com questões abertas e fechadas versando sobre a abordagem da relação étnico-racial na trajetória de formação profissional. A análise dos dados permitiu detectar a ausência do conteúdo de maneira sistemática entre os conteúdos do projeto pedagógico do curso e que a temática foi abordada esporádica e aleatoriamente, considerando que apenas parte dos participantes indicaram ter tido o conteúdo em algum momento da trajetória acadêmica. Entre os impactos, salientamos o receio e a percepção de despreparo para a atuação profissional futura, frente ao cenário educacional plural que encontrarão. A maioria das/os participantes reconhece a importância desses conhecimentos na formação profissional e sugerem, para compensar a ausência da abordagem, efetividade e sistematização desse conteúdo em pelo menos uma disciplina do curso, a busca de conhecimentos em grupos de pesquisas e movimentos sociais. Vinte anos da implementação da Lei 10.639/03 e ainda temos indicadores apontando descasos na sua plena efetivação em diversos contextos e níveis educacionais.

Palavras-Chave: Formação profissional; Relações étnico-raciais; Educação Física.

¹ Centro Universitário Internacional Uninter, Paraná, PR, Brasil <https://orcid.org/0000-0001-9207-2439>

² Professora UFPR. Pesquisadora na Superintendência de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade (SIPAD) Universidade Federal do Paraná. <https://orcid.org/0000-0003-3337-8061>



PROFESSIONAL TRAINING IN PHYSICAL EDUCATION AND APPROACH TO ETHNIC-RACIAL THEMES

ABSTRACT

This research aimed to analyze the approach of the theme on ethnic-racial relations and their impacts among students graduating from the degree course in Physical Education. To this end, thirty-four participants answered a questionnaire with open and closed questions dealing with the approach of the ethnic-racial relationship in the trajectory of professional training. The analysis of the data allowed to detect the absence of the content in a systematic way among the contents of the pedagogical project of the course and that the theme was approached sporadically and randomly, considering that only part of the participants indicated to have had the content at some point in the academic trajectory. Among the impacts, we highlight the fear and perception of unpreparedness for future professional performance, given the plural educational scenario they will encounter. Most participants recognize the importance of this knowledge in professional training and suggest, to compensate for the absence of the approach, effectiveness and systematization of this content in at least one discipline of the course, the search for knowledge in research groups and social movements. Twenty years since the implementation of Law 10.639/03 and we still have indicators pointing out neglect in its full effectiveness in various contexts and educational levels.

Keywords: Professional training; Ethnic-racial relations; Physical Education.

FORMATION PROFESSIONNELLE EN ÉDUCATION PHYSIQUE ET APPROCHE DES THÈMES ETHNICO-RACIAUX

RÉSUMÉ

Cette recherche visait à analyser l'approche du thème des relations ethno-raciales et leurs impacts chez les étudiants diplômés du cursus d'éducation physique. A cet effet, trente-quatre participants ont répondu à un questionnaire composé de questions ouvertes et fermées traitant de l'approche de la relation ethno-raciale dans la trajectoire de formation professionnelle. L'analyse des données a permis de déceler systématiquement l'absence de contenu parmi les contenus du projet pédagogique du cours et que le thème a été abordé de manière sporadique et aléatoire, considérant qu'une partie seulement des participants ont indiqué avoir eu le contenu à un moment donné de leur trajectoire académique. Parmi les impacts, nous soulignons la peur et la perception d'impréparation aux futures activités professionnelles, au regard du scénario éducatif pluriel qu'elles vont rencontrer. La plupart des participants reconnaissent l'importance de ces savoirs dans la formation professionnelle et suggèrent, pour pallier le manque d'approche, d'efficacité et de systématisation de ces contenus dans au moins une discipline du cursus, la recherche de savoirs dans les groupes de recherche et les mouvements sociaux. Vingt ans après la mise en œuvre de la loi 10 639/03, nous avons encore des indicateurs qui indiquent que sa pleine efficacité fait défaut dans différents contextes et niveaux d'enseignement.



Mots clés: Formation professionnelle; Relations ethno-raciales; L'éducation physique

FORMACIÓN PROFESIONAL EN EDUCACIÓN FÍSICA Y ABORDAJE DE TEMAS ÉTNICO-RACIALES

RESUMEN

Esta investigación tuvo como objetivo analizar el abordaje del tema de las relaciones étnico-raciales y sus impactos entre los estudiantes de la carrera de Educación Física. Para ello, treinta y cuatro participantes respondieron un cuestionario con preguntas abiertas y cerradas que versaba sobre el abordaje de la relación étnico-racial en la trayectoria de formación profesional. El análisis de los datos permitió detectar la ausencia de contenido de manera sistemática entre los contenidos del proyecto pedagógico del curso y que el tema fue abordado de manera esporádica y aleatoria, considerando que solo una parte de los participantes indicó haber tenido el contenido en algún momento de su trayectoria académica. Entre los impactos, destacamos el miedo y la percepción de falta de preparación para futuras actividades profesionales, frente al escenario educativo plural que encontrarán. La mayoría de los participantes reconoce la importancia de este conocimiento en la formación profesional y sugiere, para suplir la falta de abordaje, efectividad y sistematización de este contenido en al menos una disciplina del curso, la búsqueda del conocimiento en grupos de investigación y movimientos sociales. Veinte años después de la implementación de la Ley 10.639/03, todavía tenemos indicadores que indican que falta su plena efectividad en diferentes contextos y niveles educativos.

Palabras clave: Formación profesional; Relaciones étnico-raciales; Educación Física.

INTRODUÇÃO

Inúmeras são as especificidades das ações educativas considerando a diversidade populacional e da pluralidade da comunidade escolar, nos seus diferentes níveis e nas diferentes áreas do saber. Na formação profissional em Educação Física, importante área de estudo e componente curricular, não é diferente. Discussões e atitudes referentes a diversidade humana variam desde bullying com estudantes pretas/os, gordas/os até a performance motora da/o de gênero feminino e/ou com deficiência. As tensões e violências relacionadas a essa temática variam desde aquelas vistas nos esportes de alto rendimento, com frequência propaladas pelas mídias, até as observadas nos jogos e brincadeiras na quadra da escola. A pergunta que lançamos de antemão é: Estão os profissionais de Educação Física sendo preparadas/os para romper tais tensionamentos?

Betti e Zuliani (2002) destacam que a Educação Física deve levar a/o estudante a descobrir motivos e sentidos nas práticas corporais, além de favorecer o desenvolvimento de atitudes positivas e aprendizagens de comportamentos adequados a sua prática. Entretanto, desde a década de 1920, tem sido vista como um conhecimento auxiliar, isolada do projeto pedagógico, reafirmando um caráter utilitário do corpo em movimento, como corrobora Ferreira (2017)

Percebe-se que no decorrer da história da educação no Brasil a educação física escolar foi utilizada politicamente como instrumento de controle e uniformização dos corpos e da ação dos sujeitos, numa tentativa de minimizar seus valores culturais, interferindo na concepção individual e coletiva de identidade, no desenvolvimento social desses coletivos, bem como nas suas estruturas de comunidade (Ferreira, 2016, p.98).

É nesse contexto que alunas/os negras/os se deparam na escola com diferentes olhares sobre o seu pertencimento racial, sobre a sua cultura, sua história, seu corpo e estética. Por vezes esses olhares chocam-se com a sua percepção e vivência da negritude e dá-se então a relevância de investigar esse complexo campo das identidades e das alteridades, das semelhanças e diferença (GOMES, 2012). Destaca-se ainda a necessidade e urgência em se verificar como e se a temática das relações étnico-raciais vem sendo desenvolvida nos cursos de formação profissional. Nesse sentido Nunes (2013) afirma:

Aos educadores cabe comprometerem-se com uma concepção democrática da educação, rompendo com o legado eurocêntrico que tem se colocado como obstáculo para a verdadeira compreensão da realidade histórica do continente africano. Precisamos assim de pessoas atuando nas escolas, profissionais preparados para promover as mudanças que almejamos. Conhecer o verdadeiro sentido histórico do negro é promover o rompimento com a ignorância que tem gerado ideias preconceituosas e dificultado o exercício da cidadania de nossa população; é abriremos o debate acerca da importância da afirmação de nossa identidade cultural enquanto um direito da pessoa humana. É reeducar para o conhecimento da história de atores fundamentais no desenvolvimento do Brasil, como também nos dá o direito de conhecermos a nossa própria história (Nunes, 2013, p. 7).

Apesar do número de pesquisas sobre as relações étnico-raciais terem aumentado nas últimas décadas nos periódicos CAPES, bases de dados *Scielo*, *Google Acadêmico*, teses e dissertações, como apontado por Gomes (2021), percebemos ainda uma



quantidade reduzida de pesquisas se considerarmos as características da população brasileira e as tantas lacunas e tensões existentes nesse conflituoso jogo das relações étnico-raciais.

As políticas sociais e educacionais do Brasil exaltam a nossa “diversidade criadora”, ao mesmo tempo em que há um silenciamento das diferenças no campo da educação e isto tem significado a construção da heteronormatividade como norma e normalidade e a estética branca como modelo do belo (Abramovicz, Rodrigues e Cruz, 2011, p. 93).

Vinte anos de implementação da Lei 10.639/03 se passaram e ainda temos indicadores apontando descasos na sua plena efetivação. Poucas são as experiências de total engajamento de seus fundamentos. Raros são os exemplos de mudança de paradigma, que efetivamente contemplem a pluralidade brasileira e que tenham realmente ampliado a abrangência curricular, alcançando as diferenças raciais, sociais, étnicas, culturais, enfim, todas as nuances possíveis. Permanece a invisibilidade e o silenciamento das expressões negras e indígenas e o sistemático descuido e desprezo com as tais pautas, nos diversos contextos educacionais..

O que a Lei propõe vai além da inclusão de conteúdos nos diferentes componentes curriculares. É necessário repensar as relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas, procedimentos de ensino, condições de aprendizagem, mas percebe-se que sua implementação não bastou para mudança de atitude e tomadas de decisões do e no processo educacional. De acordo com a Profa. Dra. Petronilha, a Lei não muda conteúdo, ela muda existência. Em palestra comemorativa aos 10 anos da Lei, a professora afirma que “uma forma de desvalorizar é desconhecer! Daí a importância da incorporação do debate da diversidade étnico-racial nas práticas escolares”. Relembra os princípios norteadores da Lei, que são: o despertar da consciência política e crítica; o fortalecimento da identidade e as ações educativas de combate ao racismo e as discriminações raciais.

Nesse sentido, um projeto pedagógico de curso que invisibiliza conteúdos sobre a temática das relações étnico-raciais está distante do que se compreende como objetivo das políticas de ações afirmativas que, de acordo com Moehlecke (2002), pode ser definida como “Uma ação reparatória/compensatória e/ou preventiva, que busca corrigir uma situação de discriminação e desigualdade infringida a certos grupos no passado,



presente ou futuro, através da valorização social, econômica, política e/ou cultural desses grupos, durante um período limitado” (MOEHLECKE, 2002, p. 203).

A Lei de Cotas pode ser considerada potencialmente importante como uma das estratégias para reduzir a estratificação social no acesso à educação. É sabido, contudo, que a implantação da política nacional de reserva de vagas ocorreu para inúmeras instituições, como os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFES), em um cenário institucional já permeável à adoção de medidas de ações afirmativas. A julgar pelo levantamento realizado por Daflon et al. (2013), viu-se que, até 2012, 70 de um total de 96 universidades estaduais e federais haviam implementado seus próprios programas de ação afirmativa, aprovados no âmbito de seus conselhos universitários, atendendo as reivindicações sociais de distintas ordens, apresentando parâmetros e formatos variados.

Uma das perspectivas a serem vislumbradas a partir do incremento das políticas afirmativas era a formação de professoras/es como aspecto fundamental para superar o despreparo em que se encontram tais profissionais em relação ao intuito de promover uma formação voltada para a cidadania (VERRANGIA, 2009). É possível indicar que a prática docente pode ser entendida como um espaço de relações sociais, entre elas as étnico-raciais, em que são geradas experiências educativas marcantes para as/os docentes. Estudos podem ajudar a compreender, numa perspectiva histórica, como os currículos ligados à educação científica no Brasil vêm abordando as relações étnico-raciais ou porque seguem se ausentando dos debates. Essas atitudes fornecem medidas alternativas em traçar diretrizes com o objetivo de promover uma educação igualitária (BRITTO, 2010).

Para ampliar conhecimentos a respeito da formação profissional em Educação Física e sua interface com a introdução ora apresentada, o presente estudo buscou analisar a abordagem da temática sobre as relações étnico-raciais e seus impactos na percepção de estudantes concluintes do curso de licenciatura em Educação Física.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS, RESULTADOS E DISCUSSÃO



Para atingir o objetivo proposto, participaram da pesquisa 34 estudantes do último período do curso de licenciatura em Educação Física de uma universidade pública do estado do Paraná, que foram convidadas/os a responder um questionário, com questões abertas e fechadas, versando sobre experiências ao longo da trajetória acadêmica referentes a temática das relações étnico-raciais.

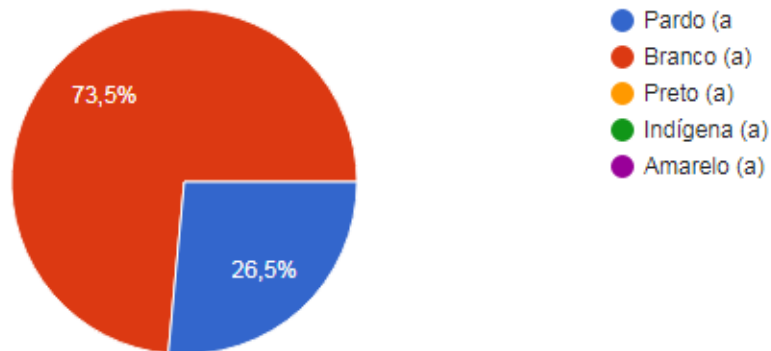
Dentre as/os 34 estudantes participantes da pesquisa, 13 se identificaram como mulheres (38%) e 21 homens (62%) e em relação aos aspectos étnicos, como demonstrado no Gráfico 1, 25 (73%) se auto declararam brancas/os e 9 (27%) como estudantes negras/os. Considerando dados obtidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE (2019) que evidenciam a maioria da população negra no país (56,2%), foi possível identificar nesse espaço institucional acadêmico, especificamente entre essa turma de ingressantes do ano de 2016 e que permaneceram no curso até o ano de 2020, uma reduzida presença (27%) de estudantes não brancos, nesse ciclo de formação.

Gráfico 1. Percentual de participantes da pesquisa a partir da classificação de raça/cor



Como você auto se declara?

34 respostas



Fonte: As autoras

A trajetória educacional de estudantes brasileiras/os nas instituições públicas principalmente, costumeiramente é emparelhada a relatos de insucesso escolar e acadêmico. No entanto, é notável que tais índices incidam desproporcionalmente sobre estudantes negras/os. Continua sendo preocupante constatar que, em geral, são estudantes negras/os que mais sofrem com a dificuldade de acesso, a falta de continuidade do estudo e a conseqüente exclusão educacional. Dados esses reforçam a necessidade de políticas públicas efetivas para minimizar essa disparidade e garantir o acesso e permanência à educação equânime e de qualidade.

Quando questionadas/os sobre “O que entendiam por temáticas étnico-raciais?”, as/os participantes foram bastante similares na maioria das respostas, como exemplificadas a seguir:

Resposta A: “*Temas que abordem a realidade do negro brasileiro, com o objetivo de compreendê-la não só as características físicas e a classificação racial, mas também a dimensão simbólica, cultural, territorial, mítica, política e identitária*”.

Resposta B: “*Entendo que são temáticas que abordam as características de um determinado grupo. Essas características (comportamentais, sociais, intelectuais) advêm da cultura que o grupo está inserido*”.

Resposta C: “*Assuntos que tratam da diversidade étnico-racial*”

Resposta D: “*Entendo que são temáticas que abordam as características de um determinado grupo. Essas características (comportamentais, sociais, intelectuais) advêm da cultura que o grupo está inserido*”.



Resposta E: *“Questões que tratam sobre as relações étnico-raciais (discussões sobre conceitos, diversidade, valorização da história e cultura afro-brasileira, racismo, etc)”*.)

Resposta F: *“Temáticas voltadas à compreensão e aproximação das diversas culturas existentes, principalmente em relação aos grupos marginalizados que se diferenciam das culturas ocidentais europeias, visto que essas compõem majoritariamente os currículos e as formas de pensar a sociedade. Assim, temáticas étnico-raciais refere-se a buscar compreender outras formas de organização e pensamento que interferem diretamente no modo de compreensão dos conteúdos e objetos das áreas de conhecimento, buscando maior pluralidade e respeito às culturas que fazem parte da nossa sociedade, mas que por fatores históricos e sociais foram relegados à margem. Descentralizar o pensamento, buscando aproximação, portanto, com as culturas indígenas, as culturas afro-brasileiras, etc”*.

Resposta G: *“Uma discussão indispensável que deve ser feita por pessoas que as representem, de acordo com sua etnia/raça”*.

Estas dissociações sobre o entendimento de temáticas étnico-raciais demonstram uma superficialidade conceitual e a discussão aparenta não fazer parte da vida social e acadêmica de muitas/os delas/es. Tal distanciamento pode advir da ausência de identificação com diferentes grupos étnicos (não brancos), ou por não se sentirem representadas/os socialmente, como explicitado por Ornellas (2001).

Entende-se por representação social que: *construída e compartilhada socialmente sobre coisas, pessoas e objetos. No cotidiano, o sujeito constrói de forma individual e coletiva imagens e conceitos que são próprios de cada um e ao mesmo tempo compartilháveis”* (ORNELLAS, 2001, p. 33).

O entendimento relatado pelas/os participantes vagamente perpassa por aspectos relevantes referentes ao combate ao racismo, discriminação e desigualdades sociais e econômicas decorrentes da opressão e exclusão de determinados grupos. Aspectos históricos, legislação, conflitos e violências, quando mencionados, foram de maneira pouco aprofundada.

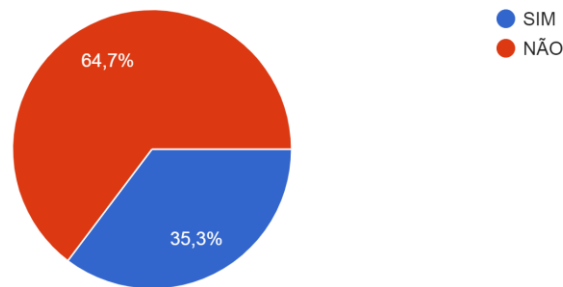
Ao serem questionadas/os se tiveram disciplinas do curso de licenciatura em Educação Física, que continham no seu conteúdo programático temáticas relacionadas as relações étnico-raciais, 22 (64,7%) participantes disseram que sim e 12 (35,3%) afirmaram não ter tido esse conteúdo abordado durante o curso, como ilustrado no Gráfico 2.



Gráfico 2. Percentual referente a participação das/os estudantes em disciplinas que abordassem a temática étnico-racial

Alguma vez, ao longo de sua formação acadêmica, presenciou/participou de disciplinas do curso de Educação Física que abordassem temáticas étnico-raciais?

34 respostas



Fonte: As autoras

As instituições de ensino superior, através de seus cursos de formação profissional deveriam promover alterações de seus projetos político pedagógicos dos cursos, visando contemplar conteúdos disciplinares e atividades de estágio, pesquisa e extensão que dessem conta, de maneira satisfatória, da Educação das Relações Étnico-Raciais pois, de acordo com o Conselho Nacional de Educação/ CNE, Resolução 1/2004:

As Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 3/2004. O cumprimento das referidas Diretrizes Curriculares, por parte das instituições de ensino, será considerado na avaliação das condições de funcionamento do estabelecimento (CNE, 2004, p.1).

Programas de formação de professoras/es comprometidas/os com a multiculturalidade visam prepará-las/os para serem sensíveis e possuírem competências pertinentes a pluralidade, mas podem não ser suficientes para identificar e eliminar as iniquidades ou criar ambientes de aprendizagem que verdadeiramente valorizem a riqueza da diversidade (PACHECO, 2014). Cabe salientar que o processo de formação docente é



um dos principais elementos de colaboração e auxílio para a efetividade da abordagem da temática das relações étnico-racial, como também destacam Rascke e Cardoso (2019):

A escola tem um grande desafio na concretização de currículos mais plurais, de materiais didáticos antirracistas, permitindo assim que valores culturais e históricos de diferentes culturas sejam incorporados à prática pedagógica e à vivência escolar e não aqueles que reafirmam as práticas de poder e privilégio dos descendentes de europeus, autodenominados brancos—a branquitude (RASCKE e CARDOSO, 2019, p. 204).

A quase totalidade das/os participantes 33 (97%) considerou importante o conhecimento a respeito de temáticas étnico-raciais durante a formação profissional em Educação Física e abaixo são relatadas algumas justificativas para essa resposta:

Resposta A: *“Vivemos num país “recheado de cultura”, ou seja, abrigamos diversos povos e absorvermos diversos comportamentos destes”.*

Resposta B: *“É interessante acrescentar o conhecimento sobre diferentes temáticas, para agregar nos trabalhos realizados”.*

Resposta C: *“Sim, pois o entendimento e debate a respeito da temática amplia o repertório cultural dos estudantes, futuros professores. A escola é formada por sujeitos, estes são acompanhados de suas singularidades e o professor por sua função social na escola, deve reconhecer e compreender cada indivíduo em suas particularidades”.*

Resposta D: *“Por conta de diversos fatores prejudiciais a sociedade como todo. O conhecimento e conscientização sobre o que aconteceu no passado (e acontece) possibilita que tais fatores não se repitam no futuro”.*

Resposta E: *“Sim, como educadora é importante saber sobre as diferentes culturas e/ou grupos, para nunca ofender ou menosprezar. Prezando sempre pela inclusão e bem estar de todos”.*

Resposta F: *“As formas de compreensão do corpo, objeto central da Educação Física, está diretamente ligada às formas culturais de conceber e utilizá-lo. Assim, descentralizar o olhar e buscar entender como essas outras culturas marginalizadas e que não gozam de prestígio no âmbito acadêmico e na esfera social de modo geral, é extremamente importante e fundamental para que possamos desenvolver a docência com mais respeito e pluralidade, não reduzindo e limitando os conteúdos e métodos de ensino ao ensino pautado em culturas dominantes (europeia e ocidental)”.*

Resposta G: *“Só podemos ter segurança durante a atuação profissional (como professor) a partir de temas cujo temos um conhecimento. Um dos objetivos da formação acadêmica e de apresentar estes temas. Para uma realidade brasileira, onde há uma enorme diversidade cultural étnica e racial. É fundamental a abordagem sobre este tema na Universidade”.*



Resposta H: *“Pela formação do Brasil ser totalmente baseada na miscigenação, é fundamental para qualquer debate que esses temas sejam muito bem esclarecidos, já que muitos dos problemas sociais são acometidos por essa diferença”.*

As respostas se assemelharam quanto a consciência da multiplicidade racial e cultural de nossa sociedade e que encontrarão esse quadro diverso, com diferentes culturas, corpos e grupos, enquanto futuros profissionais na área da educação. A maioria destaca a necessidade de respeito às diferenças e a preocupação em descontinuar processos de exclusão percebidos no ambiente escolar.

Observa-se que, no contexto escolar, as situações conflituosas, de denúncias, que poderiam fomentar a interação, o aprendizado e o respeito às diferenças e particularidades das diversas culturas presentes, frequentemente são inadequadamente aproveitadas pelas/os docentes, como possibilidades de intervenção pedagógica para uma Educação Física antirracista. Tais situações são muitas vezes percebidas como constrangedoras e geradoras de mais tensão pelo/a professor/a, que muitas vezes se omite ou lida com o incidente de forma isolada e superficial, sem saber como abordar a questão de maneira adequada. Nobrega (2020) reforça o papel que a área da Educação Física tem como ferramenta propositora da mudança da realidade através de seus amplos saberes:

A educação física antirracista propõe uma inversão, ou seja, denúncias são importantes, mas é a produção de anúncios que muda a realidade, inscrevendo nesse ato político a quebra do silêncio, que tira a população negra/preta da condição de encarcerados na própria realidade. Por isso, a incorporação dos saberes necessários, isto é, identitários, políticos e estéticos/corpóreos (produzidos, articulados e sistematizados pelo movimento negro) para a construção da educação física antirracista, pois eles são primordiais na composição da nossa realidade de resistência, uma vez que abrem espaços de luta, por meio das atitudes derivadas da negritude (NOBREGA, 2020, p. 57).

Ao serem questionadas/os sobre a necessidade de aprofundamento dos conhecimentos sobre as temáticas étnico-raciais 28 (82%) perceberam como necessário, enquanto 6 (18%) não sentiram necessidade de aprofundamento da temática étnico-raciais durante a formação profissional. Na sequência foram questionados sobre quais seriam as consequências da não abordagem em sua formação acadêmica, e os principais relatos são destacados a seguir:



Resposta A: *“Estereotipação da cultura indígena e afro brasileira; Desrespeito às formas culturais de pensar e agir no mundo; Limitação e/ou negligência do acervo cultural produzido por essas outras culturas; Reprodução do racismo estrutural”.*

Resposta B: *“Insegurança na atuação; Desconhecimento da realidade dos indivíduos; Despreparo nas intervenções; Desconhecimento da realidade dos seus alunos, por consequência, relação professor-aluno prejudicada”.*

Resposta C: *“A ausência desses conhecimentos em um curso de formação de professores, gera indiferenças e exclusão na escola. Um professor carente destes saberes estará reproduzindo na escola um discurso enraizado em preconceitos estabelecidos pela sociedade”.*

Resposta D: *“Ao presenciar situações de discriminação racial, seja em sala de aula como aluno da graduação ou como professor, após a formação. Um conhecimento acerca dessa área faria com que a situação fosse melhor resolvida e organizada”.*

Resposta E: *“Acho que a maior consequência é formar um Professor que não tenha consciência da sua responsabilidade em auxiliar para que as diferenças raciais e os casos de racismo diminuam. O Professor tem a função de quebrar paradigmas e desconstruir conceitos que estão tão enraizados na sociedade. Se ele sai da Universidade sem entender essa responsabilidade, algo falhou”.*

Apesar de nem todas/os participantes terem identificado a presença da abordagem da temática étnico-racial na sua trajetória formativa e nem todas/os entenderem como relevante a necessidade de seu aprofundamento, fica evidente para a maioria que a ausência desse conteúdo é extremamente prejudicial à formação, expondo a/o profissional futuras a ações, intervenções e/ou omissões capazes de perpetuam os eventos de racismo, exclusão, insegurança e irresponsabilidade social. Em suma, percebem essa lacuna curricular como razão de despreparo profissional para planejar e dinamizar ações educacionais antirracistas.

Na última pergunta do questionário as/os participantes foram solicitadas/os à prescreverem possíveis alternativas para compensar o silenciamento/ausência das temáticas étnico-raciais durante o curso de formação em Licenciatura em Educação Física e os principais relatos estão na sequência:

Resposta A: *“Incluir como temática na disciplina de Contextos 3, tendo em vista que a disciplina tinha como objetivo tratar a inclusão de quilombolas e indígenas”.*

Resposta B: *“Projetos Integrados com essa temática; Palestras com sujeitos da Educação Física que sejam negros ou indígenas; Grupo de estudos com textos que tragam elementos para pensarmos essas realidades”.*



Resposta C: *“Criação de uma disciplina que aprofunde as questões vinculadas às diferenças; Encontros, palestras, seminários e demais eventos acadêmicos que abordem as questões étnico raciais; Movimento negro em parceria com outros coletivos sociais articulados e bem organizados para promoção de ações de cunho educativo”.*

Resposta D: *“Dentro da universidade: provavelmente teria que procurar por grupos/projetos de pesquisa que tratam da temática. Fora da universidade: provavelmente cursos, numa tentativa de aperfeiçoar/complementar a formação”.*

As/os participantes sugeriram a criação de disciplinas específicas ou a inclusão das temáticas étnico-raciais nas disciplinas já estabelecidas seria uma das possíveis alternativas à unilateralidade e silenciamento do currículo. A promoção de atividades extra e o engajamento em coletivos, grupos de discussão e projetos de pesquisa também foram vistos como ações alternativas para compensar a lacuna deixada sobre abordagem, de maneira sistematizada e efetiva. Entretanto, como afirma Nobrega (2020), o acesso à atividades extra curriculares nem sempre estão acessíveis e disponíveis nas instituições de ensino superior:

Cabe destacar, aqui, a carência de espaços de formação na universidade. Isso significa eventos e ações que valorizem a diversidade étnico-racial, resultando no envolvimento dos acadêmicos em debates sobre a temática da população negra, nos grupos de estudos de iniciação científica, reforçando, assim, os saberes identitários (por exemplo, a afirmação negra). Do mesmo modo, a contribuição das disciplinas a respeito dos direitos humanos, educação das relações étnico-raciais e as ações de extensão e pesquisa concretizadas pelo NEAB (NOBREGA, 2020, p.55).

Ressalto que as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Educação Física, de 2018 e em vigência atualmente, especifica em seu Art. 9º (que trata da etapa de formação em licenciatura), “a valorização da diversidade étnico-racial” nos projetos políticos pedagógicos, e obviamente na grade curricular, e também em seu Art. 15, orienta que, “respeitadas a diversidade nacional e a autonomia pedagógica das instituições, devem garantir uma formação profissional adequada” entre outros conteúdos programáticos, à “Educação Física Escolar em ambientes não urbanos e em comunidades e agrupamentos étnicos distintos”. Tais ações corroboram para o que Nunes (2013) aponta como desejável ao processo educacional plural:



Aos educadores cabe comprometerem-se com uma concepção democrática da educação, rompendo com o legado eurocêntrico que tem se colocado como obstáculo para a verdadeira compreensão da realidade histórica do continente africano. Precisamos assim de pessoas atuando nas escolas, profissionais preparados para promover as mudanças que almejamos. Conhecer o verdadeiro sentido histórico do negro é promover o rompimento com a ignorância que tem gerado ideias preconceituosas e dificultado o exercício da cidadania de nossa população; é abriremos o debate acerca da importância da afirmação de nossa identidade cultural enquanto um direito da pessoa humana. É reeducar para o conhecimento da história de atores fundamentais no desenvolvimento do Brasil, como também nos dá o direito de conhecermos a nossa própria história (Nunes, 2013, p. 7).

APONTAMENTOS FINAIS

A disposição das disciplinas da grade curricular do curso de licenciatura em Educação Física que investigamos é ampla e diversificada, porém não dispõe de disciplina específica que aborde as relações étnico-raciais de maneira sistematizada e oficial. Considerando que nem todas/os participantes se referiram a tal conteúdo durante a trajetória acadêmica, inferimos que o conteúdo, quando ministrado, fica a cargo de algum/a docente que incrementa em suas disciplinas tais discussões e/ou ainda, que o assunto surja a partir de demandas trazidas pelas/os próprias/os discentes a partir de suas experiências em estágios, notícias da mídia e situações cotidianas. Essa ausência ou escassez reforça a percepção das/os estudantes de uma formação e futura atuação profissional insuficiente, reduzida e com potencial tendência em insistirem nos mesmos equívocos que identificam atualmente, como desconhecimento da realidade das/os alunas/os, prejuízo na relação professor/a-aluno/a, discursos enraizados em preconceitos, entre outros.

Da mesma forma que apontam a lacuna curricular e reconhecem a importância da abordagem dessa temática, preocupam-se com a possível incapacidade de criarem estratégias pedagógicas para lidar com situações de conflitos, racismo, exclusões, sobretudo por corroborarem em seus apontamentos com o que nos alerta Nunes (2013)



Vivemos numa sociedade racista e sexista que impõe barreiras à construção de identidades positivas e a escola tem a responsabilidade de desconstruir a imagem negativa que a sociedade tem contra o negro. Posso enquanto educador não ter culpa pelo que aconteceu no passado, mas tenho a responsabilidade moral e política de combater o racismo. O educador que não consegue conviver com as diferenças perde a essência do que é educar. É preciso despir-se desses preconceitos para compreender esse universo (Nunes, 2013, p. 7).

Há quem pense que a efetivação da lei e a implementação do multiculturalismo no sistema educacional seja uma ameaça à sociedade branca. Há quem confunda sua implementação efetiva como um combate ao racismo com o próprio racismo. Há quem pense que a responsabilidade da aplicação das Lei 10.639/03 e 11.645/08 seja apenas de professoras/es de história, ou de literatura, ou ainda daqueles que atuam nas regiões em que se concentram pessoas negras, populações indígenas, ou populações em situações de vulnerabilidade, de professores de escolas de baixa renda, da população preta, pobre e periférica. A Lei não foi pensada e promulgada para negras/os, somente. Nem alterada para indígenas somente. É para toda população do território nacional e para todos os níveis educacionais. Os responsáveis pelo desenvolvimento dos projetos políticos pedagógicos, os Núcleos Docentes Estruturantes, e cada docente, independente da subárea de atuação dos cursos de formação profissional em Educação Física, não podem ignorar essa realidade aqui apresentada, correndo o risco de coadunarem com o processo de alienação de graduandas/os e, por conseguinte, com a futura exclusão e de violências de estudantes não brancas/os do e no âmbito escolar.

No entanto, é importante considerar que há alguma mudança no horizonte. A força das culturas consideradas negadas e silenciadas nos currículos tende a aumentar cada vez mais nos últimos anos. As mudanças sociais, os processos hegemônicos e contra-hegemônicos de globalização e as tensões políticas em torno do conhecimento e dos seus efeitos sobre a sociedade e o meio ambiente introduzem, cada vez mais, outra dinâmica cultural e societária que está a exigir uma nova relação entre desigualdade, diversidade cultural e conhecimento (GOMES, 2012, p. 102).

Concordando e atualizando as palavras de Gomes (2012), essa nova dinâmica a que se refere nos estimula a continuar com as investigações científicas dessas pautas; no aprofundamento teórico e prático relacionado a Educação das Relações Étnico-Raciais; nos tensionamentos entre pares docentes para a ampliação efetiva da discussão e



proposição efetiva dos conteúdos pertinentes nos projetos políticos pedagógicos e nas ações extra curriculares dos cursos de formação profissional em Educação Física; no fomento junto a estudantes da urgente necessidade de se falar, estudar e pesquisar sobre relações étnico-raciais e nas consequências prejudiciais que esse assalto epistêmico produz em suas carreiras profissionais.

Referências

ABRAMOWICZ, Anete; RODRIGUES, Tatiane Cosentino; CRUZ, Ana Cristina Juvenal. A diferença e a diversidade na educação. *Contemporânea*. n. 2, p. 85-97, jul-dez, 2011.

BETTI, Mauro; ZULIANI, Luiz Roberto. Educação Física escolar: Uma proposta de diretrizes pedagógicas. *Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte*. São Paulo, v.1, n. 1, p. 73-81, 2002

BRITTO, Néli Suzana. A história da disciplina ensino de ciências/biologia na formação de pedagog@s: diálogos problematizadores sobre gênero, sexualidades e raça/etnia. *Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*. 23 a 26 de agosto de 2010.

CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. *Revista Brasileira de Educação*, v.13, n.37, jan-abr, 2008.

DAFLON, Verônica Toste; FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luis Augusto. Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 43, n. 148, p. 302-327, 2013.

FERREIRA, Tiago Alves. Quando o terreiro vai à escola: possibilidades de incorporação das epistemologias africanas e afro-brasileiras na educação física escolar. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S.l.], v. 9, n. 21, p. 96-108, fev. 2017. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/229>>. Acesso em: 26 jan. 2022.

GOMES, Izaú Veras. EDUCAÇÃO FÍSICA E EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: NARRATIVAS ESTUDANTIS NEGRAS. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S.l.], v. 13, n. 36, p. 573-600, maio 2021. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/1000>>. Acesso em: 26 jan. 2022.

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul.-set. 2012. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/es/a/wQQ8dbKRR3MNZDJKp5cfZ4M/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 15 mar. 2020.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 117, p. 197-217, nov. 2002.

NOBREGA, Carolina Cristina dos Santos. Por uma educação física antirracista. *Rev Bras Educ Fís Esporte*, São Paulo, jul;34 nesp:51-61, 2020



NUNES, Cicera. A Lei 10.639/03-Sobre História africana e afro-brasileira e sua importância. In: CUNHA JR. Henrique; et al. (Orgs.). *Artefatos da cultura negra no Ceará (2013): formação de professores: 10 anos da Lei n 10.639/2003: cadernos de textos*. Fortaleza: Gráfica LCR, 2013.

ORNELLAS, M. L. Dialogando com a representação social e seus parentes mais e menos afins. In: _____. *Imagem do outro (e) ou imagem de si?* Belo Monte vista por adolescentes de Canudos. Salvador – Bahia. 2001.

PACHECO, Maria Isabel Santos Gonçalves. A formação de professores para a diversidade cultural e inclusão escolar: um estudo de caso de investigação-ação. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de Lisboa, p. 165, de 2014.

RASCKE, Karla Leandro; CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. Por uma escola cidadã e multicultural: pequena introdução. In: *Cultura afro-brasileira e africana no Sesc: possibilidades e desafios*. Rio de Janeiro: SESC-Departamento Nacional, 2019.

VERRANGIA, D. A educação das relações étnico-raciais no ensino de ciências: diálogos possíveis entre Brasil e Estados Unidos. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.